



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Técnico de Controle Externo
Auditoria de Obras Públicas

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos I

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue.

A arte de procrastinar

Procrastinar, segundo o "Houaiss", é "transferir para outro dia ou deixar para depois; adiar, delongar, postergar, prostrar". Mas o que sabem os dicionários? Bichos afoitos, na ânsia de engolir o mundo, mal têm tempo de mastigar cada palavra, de extrair delas todo o sabor e os nutrientes, de modo que a definição acima diz tanto sobre a complexa arte da embromação quanto "forma de interação psicológica ou psicobiológica entre pessoas, seja por afinidade imanente, seja por formalidade social" explica o "amor".

Percebo, porém, que divago. Em vez de encarar o dever proposto no título e falar sobre a procrastinação, a pratico: passeio por enfadonhos arrabaldes, perco-me nas borradas fronteiras da linguagem e do coração. Tudo bem, não há razão para me afligir, pois as crônicas são redondas como a Terra, e às vezes é indo para trás que chegamos ali na frente. Se o parágrafo anterior fugiu à teoria, serve ao menos como demonstração prática do que entendo por procrastinar: adiar alguma obrigação chata arrumando outra atividade igualmente tediosa para pôr em seu lugar.

Veja, caro leitor: ir ao cinema em vez de trabalhar não é procrastinação. É vagabundagem, no melhor sentido do termo. Já abrir o site do banco e ficar digitando a infinita sequência numérica do código de barras de uma conta de luz que só vence no fim de junho, quando se está cheio de trabalho para amanhã, eis o mais nítido retrato da procrastinação. Pois essa praga dispersiva é filha de Deus com o Diabo, é um pecado que já vem com penitência. O procrastinador só se permite gozar o adiamento do trabalho maltratando-se no interlúdio. Troca-se de aborrecimento, mais do que dele se desvia; eis como o saci da procrastinação oculta sua presença e surrupia nosso tempo, nossa vida.

A procrastinação é um mal, meus caros, não por arrancar-nos do trabalho, mas por nos grilar o ócio. Não é aferrando-me à labuta, portanto, que pretendo combater este vício, mas buscando forças para me entregar totalmente à lassidão.

(Antonio Prata, **Folha de S. Paulo**, 30/05/2012)

1. Quanto à estruturação que dá ao texto, é correto afirmar que o autor, no
 - (A) primeiro parágrafo, apresenta o sentido ambíguo do verbo **procrastinar** e enumera outros flagrantes deslizes do dicionarista Houaiss.
 - (B) segundo parágrafo, considera o rumo hesitante de sua crônica e segue ilustrando o que seja, de fato, uma **procrastinação**.
 - (C) terceiro parágrafo, dedica-se a conceituar as diferenças que existem entre as várias acepções corretas do que seja uma **procrastinação**.
 - (D) último parágrafo, denuncia o que há de nocivo na prática da **procrastinação**, pois esta nos leva à acomodação.
 - (E) conjunto da crônica, apoia-se numa interpretação subjetiva do verbo **procrastinar**, atribuindo-lhe o mesmo valor que **derrogar**.

2. Atente para as seguintes afirmações:

- I. O autor refere-se ao verbete "amor" (1º parágrafo) para exemplificar uma acepção apropriada de um vocábulo, contrapondo-a à do verbete "**procrastinar**".
- II. O adiamento da definição do que seja **procrastinar** (2º parágrafo) é um hábil expediente utilizado com humor pelo cronista.
- III. Quem vive a **procrastinar** as tarefas ingratas está interessado, segundo o autor, em extrair o máximo prazer de uma plena vagabundagem.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I.
- (C) I e II.
- (D) II.
- (E) III.

3. Para o autor, *ir ao cinema em vez de trabalhar* exemplifica o que dispõe esta passagem do texto:

- (A) *A procrastinação é um mal.*
- (B) *eis o mais nítido retrato da procrastinação.*
- (C) *me entregar totalmente à lassidão.*
- (D) *Troca-se de aborrecimento, mais do que dele se desvia.*
- (E) *gozar o adiamento do trabalho maltratando-se no interlúdio.*

4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:

- (A) *Bichos afoitos, na ânsia de engolir o mundo* (1º parágrafo) = animais pressurosos, no afã de postergar tudo
- (B) *a complexa arte da embromação* (1º parágrafo) = o engenhoso artifício da divagação
- (C) *passeio por enfadonhos arrabaldes* (2º parágrafo) = espareço em oportunos desvios
- (D) *eis o mais nítido retrato da procrastinação* (3º parágrafo) = tal é o esboço pretendido dessa defasagem
- (E) *aferrando-me à labuta* (4º parágrafo) = entregando-me à lida



5. A afirmação de que *a procrastinação é um pecado que já vem com penitência* deve-se ao fato de que, para o autor, aquele que procrastina
- (A) incorre num vício cuja prática inclui a sanção que lhe cabe.
- (B) acaba por se vangloriar de um prazer que jamais experimentou.
- (C) imagina servir ao Diabo, quando está sendo ungido por Deus.
- (D) lastima-se por ser castigado apenas por ter obtido prazer.
- (E) se nutre da convicção de que trabalho adiado é trabalho dobrado.
-
6. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na construção da frase:
- (A) Não se devem àqueles que procrastinam suas tarefas nenhum respeito, pois jamais se importam com os prejuízos que acabam por acarretar a terceiros.
- (B) Qualquer consulta a quaisquer verbetes de quaisquer dicionários precisam levar em conta a dificuldade de se aclararem o sentido de um vocábulo sem o amparo de um contexto.
- (C) O fato de ensejarem as crônicas uma grande liberdade no rumo que lhes traçam os cronistas permite ao autor associá-las à circularidade e à dinâmica da Terra.
- (D) O autor sustenta a ideia de que mais vale, ao se adiar um trabalho, os prazeres da vagabundagem do que as recompensas da simples procrastinação.
- (E) Não cabem aos simplórios procrastinadores o prazer tão especial de quem adia uma tarefa tediosa apenas para desfrutar criativamente de um ócio verdadeiro.
-
7. *A procrastinação é um mal, meus caros, não por arrancarnos do trabalho, mas por nos grilar o ócio.*
- A clareza e o sentido da frase acima ficarão preservados caso se substitua o segmento sublinhado por:
- (A) nem tanto por suprimir nosso trabalho quanto por impedir que nos culpemos.
- (B) pois ao invés de condenar o nosso ócio acaba por maldizer o trabalho que evitamos.
- (C) uma vez que tão vicioso quanto adiar um trabalho é torná-lo equivalente ao prazer do ócio.
- (D) por impedir o prazer que nos advém da ociosidade e não por nos afastar de nossa tarefa.
- (E) menos por perturbar o nosso ócio do que por nos tornar culpados pelo trabalho postergado.
-
8. Está plenamente adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:
- (A) Mesmo que o autor admitisse algum prazer na procrastinação, não teremos por que considerar que todo adiamento fosse prazeroso.
- (B) Caso o autor viesse a encontrar pleno prazer na simples procrastinação, talvez se valesse disso para não escrever a crônica.
- (C) Depreende-se que o autor não sentisse desprazer ao escrever uma crônica na qual trata, justamente, do desfrute da vagabundagem.
- (D) Quem vier a procrastinar uma tarefa ingrata haveria de levar em conta a possibilidade de que achara algum prazer no ócio.
- (E) Somente haveremos de ter algum prazer no adiamento de um trabalho quando este tivesse sido substituído por um ócio verdadeiro.
-
9. Está plenamente adequada a pontuação do seguinte período:
- (A) O cronista, já no início do texto, deixa claro que o sentido das palavras, tal como o estabelecem os dicionários, não vem explorado em suas múltiplas nuances, que somente o uso vivo dos vocábulos é capaz de contemplar.
- (B) O cronista já no início do texto, deixa claro que, o sentido das palavras, tal como o estabelecem os dicionários, não vem explorado em suas múltiplas nuances que somente o uso vivo, dos vocábulos, é capaz de contemplar.
- (C) O cronista, já no início do texto deixa claro, que o sentido das palavras, tal como o estabelecem os dicionários, não vem explorado em suas múltiplas nuances que, somente, o uso vivo dos vocábulos é capaz de contemplar.
- (D) O cronista já no início do texto deixa claro, que o sentido das palavras tal como o estabelecem, os dicionários, não vem explorado em suas múltiplas nuances que, somente o uso vivo dos vocábulos, é capaz de contemplar.
- (E) O cronista já no início, do texto, deixa claro, que o sentido das palavras tal como o estabelecem os dicionários, não vem explorado, em suas múltiplas nuances, que somente o uso vivo dos vocábulos é capaz de contemplar.
-
10. Transpondo-se para a voz passiva a frase **O autor admite que cultiva as vagabundagens deleitosas**, a forma verbal resultante será:
- (A) terá admitido cultivar.
- (B) tem admitido que fossem cultivadas.
- (C) está admitindo que fossem cultivadas.
- (D) admite que tenha cultivado.
- (E) admite que são cultivadas.



Atenção: As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto seguinte, que trata das impressões recolhidas, em 1900, pelo político, diplomata e historiador brasileiro Joaquim Nabuco, acerca de uma viagem que acabara de fazer aos Estados Unidos.

Traços americanos

Para o engenheiro, para o inventor, para o arquiteto, para todo economizador de tempo e trabalho, para quem admira acima de tudo o gênio industrial deste século, os melhoramentos que ele tem introduzido na ferramenta humana, os Estados Unidos são de uma extremidade a outra um país para se visitar e conhecer. É ele, talvez, o país onde melhor se pode estudar a civilização material, onde o poder dinâmico ao serviço do homem parece maior e ao alcance de qualquer um. Em certo sentido, pode-se dizer dele que é uma torre de Babel bem-sucedida. Na ordem intelectual e moral, porém, os Estados Unidos não têm o que mostrar, e certa ordem de cultura, quase toda cultura superior não precisa, para ser perfeita e completa, de adquirir nenhum contingente americano.

Da política, a impressão geral que tive e conservo é a de uma luta sem o desinteresse, a elevação de patriotismo e a honestidade de processos que tornam na Inglaterra, por exemplo, a carreira política aceitável e mesmo simpática aos espíritos mais distintos. O que caracteriza essa luta é a crueza da publicidade a que todos os que entram nela estão expostos. Para a reportagem não existe linha divisória entre a vida pública e a privada. O adversário está sujeito a uma investigação sem limites e sem escrúpulos. Se um candidato à Presidência tiver tido na mocidade a menor aventura, terá o desgosto de vê-la fotografada, apregoada nas ruas, colorida em cartazes, cantada nos musicais.

O efeito de tal sistema pode ser moralizar a vida privada, pelo menos a dos que pretendem entrar para a política, se há moralidade no terror causado por uma dessas formidáveis denúncias, que os franceses chamam de chantagem. A vida política, porém, ele não tem moralizado. A consciência pública americana é muito inferior à privada, a moral do Estado é muito inferior à moral da família. As investigações da vida privada encontram em toda parte a unidade do sentimento e da educação religiosa do país para ecoá-las.

(Joaquim Nabuco, **Minha formação**)

11. Entre os traços americanos apontados no texto por Joaquim Nabuco encontram-se estes três:

- (A) melhoramentos na ferramenta humana, cultura superior e elevação de patriotismo.
- (B) gênio industrial, honestidade de processos e crueza da publicidade.
- (C) poder dinâmico ao serviço do homem, carreira política aceitável e não existe linha divisória entre a vida pública e a privada.
- (D) crueza da publicidade, investigação sem limites e a moral do Estado é muito inferior à moral da família.
- (E) elevação de patriotismo, investigação sem limites e não existe linha divisória entre a vida pública e a privada.

12. Em relação aos valores morais praticados nos Estados Unidos, o autor sustenta a tese de que os americanos

- (A) não estendem ao plano social da política o mesmo rigor com que avaliam a vida privada dos candidatos.
- (B) são menos rigorosos em relação à moralidade familiar do que em relação à vida pública dos cidadãos.
- (C) costumam estabelecer uma rígida fronteira entre os valores da moral privada e os da moral pública.
- (D) revelam-se mais ortodoxos do que os políticos ingleses, que se mostram excessivamente flexíveis quanto à moral da família.
- (E) não primam por critérios rigorosos, seja na avaliação da vida pública, seja na avaliação da vida privada.

13. Está correta a seguinte observação sobre uma passagem do texto:

- (A) em os melhoramentos que ele tem introduzido na ferramenta humana (1º parágrafo), o termo sublinhado está se referindo ao país Estados Unidos.
- (B) a palavra *desinteresse* (2º parágrafo) alude a certa apatia que os ingleses demonstram numa disputa política.
- (C) a expressão *crueza da publicidade* (2º parágrafo) refere-se à falta de uma fronteira nítida entre a vida pública e a privada.
- (D) o que os franceses chamam de *chantagem* (3º parágrafo) é o fato de a moralidade pública manter estreita vigilância sobre a moral familiar.
- (E) em o terror causado por uma dessas formidáveis denúncias (3º parágrafo) fala-se do impacto que pode causar uma decisão política, entre os americanos.

14. Atente para as seguintes afirmações:

- I. A aprovação que Joaquim Nabuco manifesta em relação ao estágio da civilização material em que se encontram os Estados Unidos é reforçada quando analisa os traços da vida política americana.
- II. Depreende-se do texto que, para Joaquim Nabuco, é saudável a distinção entre a vida pública e a vida privada, já que os valores de uma podem não ser relevantes para a análise da outra.
- III. O autor está certo de que a falta de uma linha divisória entre a vida pública e a vida privada não favorece a moralização da política americana.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II, apenas.



15. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **plural** para preencher corretamente a lacuna da frase:
- (A) Não (**interessar**) aos americanos, segundo o autor, estabelecer clara linha divisória entre a moral pública e a privada.
- (B) Aos adversários políticos, nas eleições americanas, (**competir**) enfrentar dura troca de acusações no âmbito da vida privada.
- (C) Cada um dos eleitores americanos pautará sua escolha com base nas informações pessoais que lhes (**estender**) a imprensa do país.
- (D) Os mínimos incidentes amorosos da juventude de um candidato podem constituir uma pecha que (**vir**) a afastar os eleitores.
- (E) Na opinião de Joaquim Nabuco, (**constituir**) os Estados Unidos o país em que melhor se pode estudar a civilização material.
-
16. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Muitas das observações de Joaquim Nabuco naqueles idos do século passado até parecem que se constituem verdades plenas para o nosso dia a dia, atualmente.
- (B) O autor não hesita entre estabelecer uma importância maior para o tipo de política que caracteriza os ingleses, em detrimento da praticada pelos americanos.
- (C) Não é difícil imaginar o que diria hoje Joaquim Nabuco a respeito da importância, mais e mais decisiva, que as campanhas publicitárias vêm assumindo nos períodos eleitorais.
- (D) Uma das teses interessantes desse texto se podem notar onde o autor defende a ideia de que nem mesmo a moralidade da vida política é atingida pelo rigor da vida pública.
- (E) A História acabou comprovando a suspeição do autor de que até mesmo um candidato à Presidência não restaria incólume aos ataques provenientes de sua vida pessoal.
-
17. À época de Nabuco, os Estados Unidos despontavam já como um país poderoso, o moralismo desse país representando, no entanto, um entrave para que se promovesse nesse país uma disputa eleitoral em alto nível.
- Evita-se a viciosa repetição de palavras na frase acima substituindo-se, de modo adequado, as expressões sublinhadas, respectivamente, por:
- (A) cujo moralismo representaria – lá se promovesse
- (B) aonde o moralismo representa – ali se promova
- (C) no qual o moralismo representasse – neles se promovam
- (D) em cujo moralismo representa-se – neste se promovesse
- (E) conquanto seu moralismo representa – lá se promova
-
18. É necessário corrigir a **má estruturação** da seguinte frase:
- (A) Não há dúvida de que os Estados Unidos são um país a ser visitado e conhecido por quantos admirem os avanços possibilitados pela industrialização.
- (B) Embora sejam duras, as restrições que faz Joaquim Nabuco a aspectos da vida americana, haja vista as que digam respeito à moralidade pública e privada.
- (C) A comparação da vida americana com uma *torre de Babel bem-sucedida* releva o fato de que a confusão de valores, nos Estados Unidos, não tem obstado o progresso do país.
- (D) Faltariam aos americanos, na opinião de Joaquim Nabuco, o desprendimento e a transparência dos valores que caracterizam a política praticada na Inglaterra.
- (E) O autor do texto demonstra bastante severidade ao avaliar o nível intelectual dos Estados Unidos, sugerindo que seria irrelevante a contribuição desse país para a cultura mundial.
-
19. *O que caracteriza essa luta é a cruza da publicidade a que todos os que entram nela estão expostos.*
- A frase acima permanecerá correta caso se substituam os elementos sublinhados, respectivamente, por:
- (A) de que – se confrontarão
- (B) pela qual – se sujeitarão
- (C) com a qual – não resistirão
- (D) à qual – estão sujeitos
- (E) de cuja – estão submetidos
-
20. Está correta a flexão de todas as formas verbais em:
- (A) Se não deterem a escalada da censura moralista, os Estados Unidos tornar-se-ão um país cada vez mais problemático em sua falsa ortodoxia de valores.
- (B) Quando todos convirmos em que é necessária uma linha divisória entre a moral pública e a privada, nossos valores terão maior legitimidade.
- (C) Toda promessa hipócrita que advir de uma falsa moralidade deverá ser denunciada pelos eleitores, para que se eleve o nível das campanhas eleitorais.
- (D) Os candidatos sempre se entreteram com os números das campanhas, sem atinar com a qualidade das teses e a possibilidade de cumprimento das promessas.
- (E) Quando revirmos os valores morais que sempre costumamos defender, dar-nos-emos conta de quantos deles não deveriam merecer nosso crédito.

**Controle Externo**

21. O Tribunal de Contas do Estado do Amazonas tem a missão constitucional de fiscalização
- (A) instrumental.
 - (B) social.
 - (C) gerencial.
 - (D) institucional.
 - (E) operacional.
22. O Tribunal de Contas do Estado do Amazonas deve encaminhar o relatório de atividades à Assembleia Legislativa
- (A) mensalmente e anualmente.
 - (B) mensalmente e semestralmente.
 - (C) trimestralmente e anualmente.
 - (D) trimestralmente e semestralmente.
 - (E) mensalmente, trimestralmente e anualmente.
23. A Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas verificou a existência de investimentos não autorizados realizados pelo Executivo Estadual, que, depois de notificado, prestou esclarecimentos de forma insuficiente. Nesse caso, a Assembleia Legislativa poderá sustar o pagamento da referida despesa se constar do pronunciamento conclusivo do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas que
- (A) deve haver o trancamento das contas do Executivo Estadual.
 - (B) a despesa é irregular.
 - (C) as contas do Executivo Estadual são ilíquidáveis.
 - (D) houve dano social, econômico ou ambiental.
 - (E) houve ilícito administrativo e penal.
24. No caso do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, pode ser convocado pela Assembleia Legislativa para prestar informações sobre assuntos previamente determinados
- (A) o Presidente e o Vice-Presidente.
 - (B) qualquer Auditor, no exercício da substituição de Conselheiro.
 - (C) o Conselheiro Corregedor.
 - (D) o Presidente.
 - (E) qualquer Conselheiro.
25. O mandado de segurança contra atos dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas deve ser julgado pelo
- (A) Tribunal de Justiça.
 - (B) Juiz de Primeira Instância.
 - (C) Juiz da Vara da Fazenda Pública.
 - (D) Superior Tribunal de Justiça.
 - (E) Supremo Tribunal Federal.
26. A tomada de contas poderá ser provocada ex-offício pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
- (A) nos casos de desfalque, desvio de bens e de outras irregularidades de que resulte dano ao erário.
 - (B) no término da gestão, quando esta não coincidir com o exercício financeiro.
 - (C) se houver imputação, pelo Tribunal, de responsabilidade por despesa ilegal, ilegítima ou antieconômica.
 - (D) no caso de processo administrativo em que se apure extravio, perda, subtração ou deterioração de bens ou materiais do Estado.
 - (E) para comprovação de aplicação de adiantamento, quando as contas do responsável pelo mesmo forem impugnadas pelo ordenador de despesa.
27. Um servidor comissionado de um município do Estado do Amazonas, já responsável por um adiantamento, recebeu nesse regime novo numerário em 30/01/2011. A aplicação dos valores do segundo adiantamento ocorreu até 15/03/2011, com a devolução do saldo não utilizado, e a respectiva prestação de contas foi feita em 1º/06/2011. O Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, quando da fiscalização ordinária, considerou o segundo adiantamento irregular porque
- (A) a concessão de numerário foi realizada a servidor já responsável por outro adiantamento.
 - (B) o prazo de aplicação dos recursos ultrapassou sessenta dias.
 - (C) não houve utilização integral dos valores concedidos em regime de adiantamento.
 - (D) a prestação de contas ocorreu após trinta dias do prazo de aplicação dos recursos.
 - (E) foi concedido numerário em adiantamento a servidor comissionado.
28. A competência de deliberar sobre a realização de inspeções extraordinárias no Tribunal de Contas do Estado do Amazonas é do
- (A) Tribunal Pleno.
 - (B) Conselheiro Relator.
 - (C) Auditor, quando no exercício da substituição de Conselheiro.
 - (D) Presidente.
 - (E) Conselheiro Corregedor.
29. Nos termos do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, a vista dos autos de exame das despesas de caráter reservado e confidencial poderá ser realizada
- (A) pelo Presidente e pelo Vice-Presidente.
 - (B) pelo Presidente e pelo Conselheiro Corregedor.
 - (C) por todos os Conselheiros.
 - (D) pelos Procuradores de Contas.
 - (E) pelo Auditor designado para o caso, se houver.
30. Para o funcionamento do Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas é indispensável a presença de, no mínimo,
- (A) três Conselheiros.
 - (B) quatro Conselheiros.
 - (C) cinco Conselheiros.
 - (D) seis Conselheiros.
 - (E) sete Conselheiros.



Noções de Direito Constitucional

31. Considerando o direito constitucional brasileiro vigente, é correto afirmar que
- (A) lei complementar federal, ainda que verse sobre matéria constitucional, não revoga a Constituição Federal naquilo que lhe for contrário.
- (B) resolução do Senado Federal versando sobre princípios constitucionais da administração pública revoga a Constituição Federal naquilo que lhe for contrário.
- (C) as Constituições Estaduais podem estabelecer normas de organização política do Estado-membro, afastando a aplicação das disposições da Constituição Federal sobre esse tema naquilo que lhes for contrário.
- (D) é vedada a apresentação de projeto de emenda à Constituição Federal versando sobre matéria já disciplinada em lei federal.
- (E) a Constituição Federal somente poderá ser alterada por emendas constitucionais nos primeiros 25 anos de sua vigência.
-
32. Considerando a disciplina constitucional a respeito do controle de constitucionalidade das leis e atos normativos, é cabível o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade de lei municipal que contrarie
- (A) lei orgânica municipal, devendo ser julgada pelo Tribunal de Justiça do Estado.
- (B) Constituição Estadual, devendo ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal.
- (C) Constituição Estadual, devendo ser julgada pelo Tribunal de Justiça do Estado.
- (D) lei federal, devendo ser julgada pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (E) lei federal, devendo ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal.
-
33. O artigo 18 da Constituição Federal determina que a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos nos termos da Constituição. É correto extrair dessa norma constitucional, entre outras conclusões, que
- (A) não poderão ser criados novos Estados-membros além dos já previstos na Constituição Federal.
- (B) aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios foi assegurado o exercício das competências legislativas e administrativas atribuídas à União.
- (C) os Municípios estão sujeitos às normas da Constituição Federal, mas não às da Constituição do seu respectivo Estado.
- (D) a criação de territórios federais é vedada.
- (E) os territórios federais não são dotados de autonomia política.
-
34. Presentes os pressupostos constitucionais de urgência e relevância, é constitucional a edição, pelo Presidente da República, de medida provisória que
- (A) altere normas de direito processual civil.
- (B) aumente a pena prevista para crimes hediondos.
- (C) disponha sobre os requisitos para a criação de partidos políticos.
- (D) disponha sobre matéria tributária não reservada à lei complementar.
- (E) disponha sobre aquisição e perda da nacionalidade.
-
35. Considerando a disciplina constitucional do Tribunal de Contas da União, é correto afirmar que
- (A) o Tribunal de Contas da União não é órgão integrante do Poder Judiciário, em que pese tenha entre as suas atribuições a de julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta federal.
- (B) é vedado ao Tribunal de Contas da União aplicar sanções aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, uma vez que essa competência é exclusiva dos Juízes Federais em razão do princípio do devido processo legal.
- (C) é inconstitucional, por violação ao princípio da separação de poderes, decisão proferida pelo Tribunal de Contas da União fixando prazo para que órgão federal adote as providências necessárias ao cumprimento da lei, se verificada ilegalidade de despesa.
- (D) não estão sujeitos à fiscalização do Tribunal de Contas da União, os recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, visto que apenas poderão ser fiscalizados pelo Supremo Tribunal Federal.
- (E) compete apenas ao Presidente da República e a Juiz Federal sustar a execução de contrato firmado pela Administração Pública federal com ilegalidade de despesa, ouvido o Tribunal de Contas da União.
-
36. Cabe ao Presidente da República, entre outras competências,
- (A) editar decretos para criação de cargos públicos.
- (B) nomear os Ministros do Tribunal de Contas da União, observadas as disposições constitucionais pertinentes.
- (C) suspender a execução de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
- (D) fiscalizar as contas do Congresso Nacional.
- (E) fiscalizar as contas do Supremo Tribunal Federal.



37. A Constituição Federal estabelece regras para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos, dentre as quais está aquela segundo a qual
- (A) a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria é vedada, inclusive aos servidores que exerçam atividade de risco.
 - (B) os proventos de aposentadoria não se sujeitam ao limite máximo remuneratório estabelecido pela Constituição Federal.
 - (C) os proventos de aposentadoria serão sempre proporcionais ao tempo de contribuição do servidor.
 - (D) a aposentadoria compulsória aos setenta anos de idade não se aplica aos servidores que exerçam o magistério no ensino superior.
 - (E) a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência dos servidores públicos é vedada, ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis.

38. Considere:

- I. Ato de autoridade que viole a liberdade de locomoção pode ser impugnado judicialmente pela via do mandado de segurança.
- II. O *habeas data* pode ser impetrado para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- III. A ação popular contra ato lesivo ao patrimônio público pode ser ajuizada por estrangeiro residente no país.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) III, apenas.

39. A intervenção do Estado-membro em Município é medida excepcionalmente autorizada pela Constituição Federal, que pode ser tomada, entre outras hipóteses, quando
- (A) o Prefeito Municipal for condenado, por decisão judicial transitada em julgado, em ação civil por improbidade administrativa.
 - (B) o Prefeito Municipal for condenado pela prática de crime de responsabilidade, por decisão judicial transitada em julgado.
 - (C) não forem prestadas contas devidas, na forma da lei.
 - (D) houver conflito relevante entre Estado e Município que possa comprometer o equilíbrio federativo.
 - (E) o Tribunal Regional Federal der provimento a representação para prover a execução de lei, de ordem ou decisão judicial.

40. Segundo a Constituição Federal, as empresas e sociedades de economia mista, que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços,
- (A) não se sujeitam ao regime jurídico próprio das empresas privadas no que toca aos direitos e obrigações civis.
 - (B) não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos aos do setor privado.
 - (C) não se sujeitam ao regime próprio das empresas privadas no que toca aos direitos e obrigações trabalhistas.
 - (D) não podem exercer atividades econômicas livres à iniciativa privada.
 - (E) sujeitam-se às regras do direito privado no que toca à contratação de obras, serviços, compras e alienações.

**Noções de Direito Administrativo**

41. A União pretende adquirir imóvel para instalar órgão público, o qual, pelas suas características, necessita ser instalado em local específico. De acordo com a Lei nº 8.666/93,
- (A) poderá dispensar o procedimento licitatório para a escolha do imóvel, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.
 - (B) está autorizada a adquirir o imóvel que considerar adequado à finalidade pretendida, configurando situação de inexigibilidade de licitação.
 - (C) deverá adquirir o imóvel mediante prévio procedimento licitatório, do tipo menor preço, selecionando os imóveis adequados mediante procedimento de pré-qualificação dos alienantes interessados.
 - (D) deverá adquirir o imóvel mediante licitação, na modalidade leilão, do tipo menor preço, admitindo-se lances de viva-voz, com, no mínimo, 3 alienantes selecionados.
 - (E) somente poderá dispensar o procedimento licitatório se, aberta fase de pré-qualificação precedente ao leilão, não ocorrerem ao certame ao menos 3 alienantes interessados.
-
42. A extinção do contrato de concessão de serviços públicos, por caducidade,
- (A) quando decretada em função de reiterado descumprimento de obrigações contratuais, com multas já aplicadas, prescinde de prévio procedimento administrativo.
 - (B) é declarada por decreto do Poder Executivo, precedido, necessariamente, de intervenção, durante a qual será concedido à concessionária prazo para regularização da prestação dos serviços.
 - (C) depende de prévia autorização legislativa, com base nas razões de interesse público para retomada dos serviços.
 - (D) opera-se, automaticamente, com o advento do prazo contratual, salvo na hipótese de prorrogação para assegurar a continuidade do serviço até a assunção pelo poder público ou nova concessionária.
 - (E) deve ser precedida da comunicação à concessionária dos descumprimentos contratuais, dando-lhe prazo para correção das falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento nos termos contratuais.
-
43. Proprietário privado de um bem tombado, integrante do patrimônio histórico nacional, que pretenda alienar o referido bem
- (A) estará impedido de fazê-lo, salvo em se tratando de alienação não onerosa, mediante doação ou sucessão *causa mortis*.
 - (B) deverá levantar previamente o tombamento, mediante a comprovação da inexistência de prejuízo à preservação do bem.
 - (C) deverá assegurar o registro do gravame junto ao Registro de Imóveis e à Secretaria do Patrimônio da União, permanecendo solidariamente responsável, juntamente com o adquirente do bem, por eventuais danos supervenientes.
 - (D) deverá assegurar, em se tratando de alienação onerosa, o direito de preferência à União, aos Estados e ao Município onde se localize o bem, nessa ordem.
 - (E) somente poderá alienar o bem se o tombamento for de natureza provisória, não compulsório, e mediante prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
-
44. As autarquias
- (A) são pessoas jurídicas de direito público, com capacidade de auto-administração, nos limites estabelecidos pela lei, não dotadas de capacidade política.
 - (B) sujeitam-se ao mesmo regime jurídico das pessoas públicas políticas (União, Estados e Municípios), com capacidade de auto-administração e criação do próprio direito.
 - (C) são pessoas jurídicas de direito privado, dotadas de autonomia administrativa e orçamentária em face do princípio da especialidade.
 - (D) sujeitam-se ao regime privado, com especialização institucional e autonomia administrativa, submetidas à tutela do ente instituidor.
 - (E) sujeitam-se ao regime público, não se submetendo ao controle tutelar do ente instituidor em face do princípio da especialidade e da autonomia administrativa.



| | |
|---|---|
| <p>45. O ato administrativo vinculado</p> <p>(A) pode ser objeto de controle judicial, quanto aos aspectos de legalidade, conveniência e oportunidade.</p> <p>(B) pode ser revogado pela Administração, por razões de conveniência e oportunidade, ressalvados os direitos adquiridos e assegurada a apreciação judicial.</p> <p>(C) possui todos os elementos definidos em lei e pode ser objeto de controle de legalidade pelo Judiciário e pela própria Administração.</p> <p>(D) possui objeto, competência e finalidade definidos em lei, cabendo à Administração a avaliação dos aspectos de conveniência e oportunidade para sua edição.</p> <p>(E) pode ser objeto de controle pelo Poder Judiciário em relação aos elementos definidos em lei, constituindo prerrogativa exclusiva da Administração a sua revogação por razões de conveniência e oportunidade.</p> | <p>48. Autoridade administrativa proferiu decisão que contrariou pretensão de determinado cidadão. De acordo com a Lei nº 9.784/99, que disciplina o processo administrativo no âmbito da Administração Pública federal, referido cidadão poderá</p> <p>(A) apresentar recurso à autoridade que proferiu a decisão, o qual será, obrigatoriamente, recebido com efeito suspensivo.</p> <p>(B) interpor recurso perante a autoridade superior àquela que proferiu a decisão, somente sendo conferido efeito suspensivo mediante depósito de caução.</p> <p>(C) apresentar, simultaneamente, pedido de reconsideração à autoridade que proferiu a decisão e recurso à autoridade superior, ambos sem efeito suspensivo.</p> <p>(D) apresentar recurso ao órgão competente, o qual, uma vez indeferido, impede a revisão de ofício do ato.</p> <p>(E) interpor recurso perante o órgão competente, que poderá modificar a decisão recorrida inclusive gerando gravame para o recorrente que, nesse caso, deverá ser cientificado para que formule suas alegações antes da decisão.</p> |
| <p>46. Concorrência é a modalidade licitatória obrigatória para</p> <p>(A) obras e serviços de engenharia com valor estimado acima de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e facultativa para contratos de concessão de serviço público.</p> <p>(B) contratos de concessão de serviço público e para obras e serviços de engenharia com valor estimado acima de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e facultativa para as situações onde a modalidade cabível seja o convite ou tomada de preços.</p> <p>(C) contratos de concessão de serviço público e facultativa para parcerias público-privadas.</p> <p>(D) contratos de concessão de serviço público e facultativa para alienação de imóveis, independentemente do valor e forma de aquisição destes pela Administração.</p> <p>(E) as alienações de imóveis com valor estimado acima de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e facultativa para alienação de imóveis abaixo desse valor, independentemente da forma de aquisição pela Administração.</p> | <p>49. O direito de regresso da Administração em face de agentes públicos que, nessa qualidade, causem danos a terceiros</p> <p>(A) independe de comprovação de dolo ou culpa, dada a sua natureza objetiva.</p> <p>(B) depende da comprovação de conduta dolosa ou de culpa grave, afastada quando configurada responsabilidade objetiva do Estado.</p> <p>(C) depende da comprovação de dolo ou culpa, que, quando inexistente, afasta também a responsabilidade da Administração perante o particular.</p> <p>(D) depende da comprovação da responsabilidade subjetiva do agente, com a caracterização da conduta dolosa ou culposa.</p> <p>(E) prescinde da comprovação do nexo de causalidade, bastando a configuração da falha na prestação do serviço.</p> |
| <p>47. De acordo com a Lei nº 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos federais, a penalidade aplicável e a conduta descrita estão corretamente relacionadas em:</p> <p>(A) Suspensão ao servidor que recursar fé a documentos públicos.</p> <p>(B) Advertência, ao servidor que opuser resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço.</p> <p>(C) Advertência ao servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido à inspeção médica determinada pela autoridade competente.</p> <p>(D) Suspensão para inassiduidade habitual do servidor.</p> <p>(E) Suspensão para revelação de segredo obtido em razão do cargo.</p> | <p>50. O regime jurídico dos bens públicos determina a</p> <p>(A) impenhorabilidade de bens de empresas públicas e sociedades de economia mista.</p> <p>(B) inalienabilidade dos bens da Administração direta, autarquias e fundações públicas, ainda que dominicais.</p> <p>(C) inalienabilidade de bens de titularidades de administração direta e autárquica, quando afetados ao serviço público.</p> <p>(D) vedação de utilização por particular de bens imóveis de titularidade da Administração direta e autárquica, exceto sob regime de aforamento.</p> <p>(E) possibilidade de utilização por particular de bens imóveis de titularidade da Administração direta e autárquica, mediante permissão, em caráter precário, condicionada à prévia autorização legislativa.</p> |

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I****Auditoria Governamental**

51. O auditor externo da empresa Pública S.A. (entidade de economia mista) elaborou a revisão das contingências trabalhistas, cíveis e tributárias constatando a seguinte posição de probabilidades de perdas:

| | |
|------------------|----------------|
| Prováveis | R\$ 100.000,00 |
| Possíveis | R\$ 50.000,00 |
| Remotas | R\$ 30.000,00 |

Ao examinar as provisões constituídas e notas explicativas e considerando as normas vigentes pertinentes a contingências, para validar as demonstrações contábeis com relação a esses fatos, deverá contar que a empresa

- (A) não reconheceu provisões, visto que empresas públicas e entidades de economia mista não estão sujeitas à contestação judicial.
- (B) reconheceu, no passivo, provisões no valor de R\$ 180.000,00.
- (C) reconheceu, no passivo, provisões no valor de R\$ 150.000,00 e apresentou nota explicativa, evidenciando as contingências remotas no valor de R\$ 30.000,00.
- (D) reconheceu, no passivo, provisões no valor de R\$ 100.000,00 e evidenciou, em nota explicativa, o valor de R\$ 50.000,00, relativo às possíveis perdas.
- (E) reconheceu, no passivo, provisões no valor de R\$ 100.000,00 e evidenciou em nota explicativa.
-
52. No processo de governança, o órgão colegiado que tem reconhecido de forma legal a possibilidade de manifestações e posicionamentos de discordância, de forma individual, pelos seus membros é
- (A) o Comitê de Auditoria.
- (B) o Conselho de Administração.
- (C) a Auditoria Externa.
- (D) o Conselho Jurídico.
- (E) o Conselho Fiscal.
-

53. Em relação às condições de impedimento para realização dos trabalhos de auditoria governamental, o auditor, em relação ao ente auditado,
- I. não pode ter vínculo conjugal ou de parentesco consanguíneo em linha reta, sem limites de grau, em linha colateral até o 4º grau e por afinidade até o 3º grau, com administradores, gestores, membros de conselho, assessores, consultores, procuradores, acionistas, diretores, sócios ou com empregados que tenham ingerência na administração ou sejam responsáveis pela contabilidade, finanças ou demais áreas de decisão.
- II. está impedido de manter relação de trabalho como servidor estatutário, contratado, empregado, administrador, diretor, membro de conselho, comissionado, função temporária, consultor ou colaborador assalariado, ainda que esta relação seja indireta, nos cinco últimos anos.
- III. pode ter litígio com a entidade auditada, desde que não avalie a área de contingências da entidade.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.
-
54. O auditor externo da empresa Padrão S.A. efetuou o mapeamento da rotina de contratos, no departamento jurídico, avaliando desde a entrada das minutas dos contratos até a emissão e validação do contrato final. Avaliando esta situação e considerando as técnicas de identificação de eventos proposta pelo COSO – (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), pode-se classificar essa técnica como
- (A) análise de fluxo de processo.
- (B) indicadores preventivos de eventos.
- (C) metodologia de dados sobre eventos.
- (D) análise interna.
- (E) verificação de causa e efeito.



55. Em relação ao trabalho de Auditoria, é correto afirmar que a informação
- (A) fidedigna é aquela que se pode obter por meios legais, mas que permite a evidenciação da verdade factual e que evidencie, por qualquer documento suporte, o evento.
 - (B) material está relacionada à importância qualitativa da área a ser examinada em relação à demonstração a ser apresentada.
 - (C) útil é aquela obtida para auxiliar o profissional de auditoria governamental no alcance de suas conclusões e que também colabora com os gestores, administradores e responsáveis públicos no atingimento de suas metas e objetivos.
 - (D) suficiente consiste na existência de dados disponíveis para conduzir o auditor a uma interpretação dos fatos que o induzam a uma conclusão.
 - (E) relevante é aquela que se correlaciona com a análise de contratos ou demonstrações com expressividades quantitativas e que geram impacto considerável nas finanças públicas.

Administração Financeira e Orçamentária

56. Em relação ao Orçamento Público no Brasil, considere:
- I. As receitas e despesas de uma autarquia municipal devem constar na Lei Orçamentária Anual do governo municipal a que está subordinada.
 - II. O Poder Judiciário Estadual poderá propor e aprovar emendas ao orçamento, desde que compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - III. O Poder Executivo Estadual poderá iniciar a construção de uma estrada, cuja execução ocorrerá em dois exercícios financeiros, mesmo que tal obra não esteja inclusa no Plano Plurianual ou em lei que autorize a inclusão.
 - IV. A receita relativa ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS deve constar na Lei Orçamentária dos governos estaduais pelo seu valor total, sendo vedada a dedução da parcela a ser transferida para os municípios.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
 - (B) I e IV.
 - (C) II e III.
 - (D) II e IV.
 - (E) III e IV.
-
57. Sobre as receitas públicas é correto afirmar que
- (A) os depósitos caução são fontes de recursos que devem constar na Lei Orçamentária Anual.
 - (B) a obtenção de um empréstimo, para amortização em prazo superior a doze meses, dá origem a uma receita extraorçamentária.
 - (C) o valor dos encargos financeiros das operações de crédito por antecipação da receita orçamentária é uma receita extraorçamentária.
 - (D) as receitas provenientes de multas e juros sobre tributos e de taxas pelo exercício do poder de polícia são classificadas como receitas correntes.
 - (E) as receitas provenientes de aluguel de imóveis pertencentes ao ente público e da amortização de empréstimos concedidos são classificadas como receitas de capital.

-
58. A despesa com o serviço da dívida fundada externa deve ser classificada na função

- (A) Encargos Especiais.
- (B) Administração.
- (C) Despesas de Capital.
- (D) Refinanciamento da Dívida Externa.
- (E) Juros e Encargos da Dívida.



59. Sobre as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, considere:

- I. O valor das parcelas das receitas tributárias entregues aos municípios pelos estados por determinação constitucional será deduzido do cálculo da receita corrente líquida dos estados.
- II. O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.
- III. A despesa total com pessoal dos municípios, em cada período de apuração, não poderá exceder 54% da receita corrente líquida.
- IV. A operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e só poderá ser realizada a partir do quinto dia útil do início do exercício.
- V. É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, II e V.
- (D) II, III e IV.
- (E) II, IV e V.

60. Em 31/12/X1, após a apuração do resultado patrimonial do exercício financeiro e de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a prefeitura do município de ABC apresentava as seguintes contas com seus respectivos saldos:

| CONTAS | Valores em reais SALDO |
|---|---------------------------|
| Amortização Acumulada (referente ao ativo intangível)..... | 15.000,00 |
| Bens Imóveis..... | 240.000,00 |
| Bens Móveis..... | 100.000,00 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 11.500,00 |
| Créditos a Curto Prazo (valores a receber)..... | 136.000,00 |
| Créditos a Longo Prazo (valores a receber)..... | 17.000,00 |
| Demais Obrigações a Curto Prazo..... | 8.200,00 |
| Depreciação Acumulada (referente ao ativo imobilizado) | 40.000,00 |
| Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo | 118.000,00 |
| Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo..... | 320.000,00 |
| Estoques (realizáveis a curto prazo)..... | 22.200,00 |
| Fornecedores a Longo Prazo..... | 6.400,00 |
| Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo | 20.000,00 |
| Investimentos e Aplicações Temporárias (Curto prazo)..... | 37.000,00 |
| Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo..... | 50.000,00 |
| Marcas, Direitos e Patentes Industriais..... | 5.000,00 |
| Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo..... | 90.000,00 |
| Participações Permanentes | 58.000,00 |
| Patrimônio Social e Capital Social | 51.100,00 |
| Provisões a Longo Prazo | 94.000,00 |
| Softwares..... | 80.000,00 |
| Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente (curto prazo)..... | 6.000,00 |

Com base nessas informações, é correto afirmar que, no Balanço Patrimonial de 31/12/X1,

- (A) o ativo total é R\$ 762.700,00.
- (B) o ativo circulante é R\$ 206.700,00.
- (C) o passivo não circulante é R\$ 326.400,00.
- (D) a situação patrimonial líquida é negativa.
- (E) o ativo não circulante é R\$ 495.000,00.

**Auditoria de Obras Rodoviárias / Edificações / Hídricas**

61. Os resultados das sondagens de simples reconhecimento com SPT são expressos em relatórios de campo e em relatórios denominados definitivos. Deve ser anexado ao relatório definitivo um desenho contendo as
- (A) sondagens na escala vertical de 1:1000.
 - (B) profundidades, em relação à boca do furo, das transições das camadas e do final da(s) sondagem(s).
 - (C) posições, em centímetros, das amostras colhidas, devendo ser indicadas apenas as amostras recuperadas.
 - (D) linhas horizontais cotadas a cada 10 m em relação à posição do nível d'água.
 - (E) relações da penetração pelo número de golpes, expressas em milímetros, do amostrador, por exemplo, 3/20, ou seja, 3 mm de penetração para vinte golpes do martelo.

62. Nas obras de uma nova rodovia, o projeto de terraplenagem de uma plataforma prevê um plano horizontal sem cota final definida. Entretanto, será necessária a sobra de 10 800 m³ de solo para utilização em um aterro nas obras da mesma rodovia. Na tabela a seguir estão apresentadas as cotas, em metros, obtidas por nivelamento após quadrículação do terreno de 20 em 20 metros.

Cotas em metros obtidas por quadrículação do terreno

| Seções | Estacas | | | |
|----------|---------|----|----|----|
| | 1 | 2 | 3 | 4 |
| A | 61 | 50 | 50 | 51 |
| B | 42 | 48 | 44 | 44 |
| C | 42 | 43 | 43 | 38 |
| D | 38 | 45 | 47 | 42 |

Para que haja sobra de 10 800 m³ de solo, a cota final, em metros, é

- (A) 50
 - (B) 45
 - (C) 42
 - (D) 40
 - (E) 38
63. Sobre projeto de obras rodoviárias, considere:
- I. Para subleitos argilosos, faz-se necessário uma base estrutural sob a base drenante, ou, pelo menos, uma sub-base, com o objetivo de proteger a base drenante da penetração de materiais finos, provenientes do subleito, que possam obstruir os poros da camada drenante.
 - II. Entre as camadas drenantes (bases e sub-bases) e entre as camadas drenantes e o subleito, caso as granulometrias não sejam adequadas, deve-se atentar para intercalar materiais que tenham função de filtro separador, evitando suas misturas e o comprometimento de suas capacidades drenantes.
 - III. O mesmo cuidado em se dispor de elementos filtros separadores para evitar mistura, intrusão de finos e, portanto, comprometimento da capacidade drenante, deve-se ter entre os drenos rasos longitudinais, drenos laterais de base e drenos transversais, nos contatos entre o seu material de enchimento e materiais de diferentes granulometrias, como por exemplo o solo do subleito.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) III, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) I, II e III.

64. Nas últimas décadas, técnicas de drenagem de pavimentos, como, por exemplo, o emprego de drenos rasos longitudinais, foram aprimoradas, com objetivo de proteger o pavimento das águas que possam danificá-lo. Essas águas, de um modo geral, têm procedência nas infiltrações diretas das precipitações pluviométricas e nos lençóis d'água subterrâneos. São características dos denominados drenos rasos longitudinais:

- (A) ser uma camada de material granular, com adequada granulometria, posicionada logo abaixo do revestimento, seja ele asfáltico ou de concreto de cimento, com a finalidade de drenar as águas infiltradas para fora da pista de rolamento.
- (B) receber as águas drenadas pela camada drenante, aliviadas pelos drenos laterais e transversais que recebem as águas por ele transportadas, quando atingida sua capacidade de vazão, conduzindo-as para fora da faixa estradal.
- (C) recolher as águas que se infiltram na camada de base, sendo com frequência empregados quando o material da base dos acostamentos for de baixa permeabilidade, encaminhando-as para fora da plataforma.
- (D) posicionar-se, em toda a largura da plataforma, transversalmente à pista de rolamento, sendo indicada sua localização nos pontos baixos das curvas côncavas, ou em outros locais onde houver a necessidade de drenar as bases permeáveis.
- (E) ser uma camada de material fino com granulometria adequada, posicionada logo abaixo da base do pavimento asfáltico, com a finalidade de drenar as águas infiltradas e provenientes de lençóis d'água subterrâneos para fora da pista de rolamento.

65. Dentre os principais dispositivos de drenagem do pavimento, os drenos profundos são

- (A) camadas do pavimento que se destinam a conduzir as águas que penetram através do revestimento para fora do pavimento até a borda do acostamento.
- (B) dispositivos construídos junto ao bordo da plataforma dos aterros, destinados a encaminhar as águas da chuva para as saídas de água, impedindo a erosão da plataforma da rodovia e dos taludes do aterro.
- (C) sarjetas abertas no interior dos cortes junto ao pé dos taludes, servindo para coletar as águas da chuva que correm pelos taludes e leito estradal, para caixas coletoras.
- (D) dispositivos escavados e enterrados no leito estradal, que servem para coletar as águas, tanto de infiltração superior quanto de lençóis subterrâneos, conduzindo-as para fora do leito estradal.
- (E) valetas escavadas construídas em todos os trechos em corte onde o escoamento superficial proveniente dos terrenos adjacentes possa atingir o talude, comprometendo a estabilidade do corpo estradal.



66. Para atender aos requisitos técnicos e operacionais do projeto de implantação de uma obra de arte especial em cruzamentos com cursos d'água não navegáveis, a folga mínima a ser exigida entre o nível da enchente máxima e a face inferior da superestrutura é de
- (A) 0,50 m no caso de bacia de represamento, quando houver controle do nível máximo d'água e não existir vegetação flutuante.
- (B) 0,80 m para condições normais de escoamento.
- (C) 1,50 m no caso de rios de regime torrencial e com possibilidade de transporte superficial de vegetação densa.
- (D) 0,35 m no caso de córregos de periferias de cidades.
- (E) 0,25 m no caso de nascentes de rios.
-
67. O ensaio denominado Índice de Suporte Califórnia (ISC ou CBR – *California Bearing Ratio*) consiste na determinação
- (A) da relação entre a pressão necessária para produzir a penetração de um pistão em um corpo de prova de solo e a pressão necessária para produzir a mesma penetração em uma brita padronizada.
- (B) da diferença entre a penetração de um pistão em um corpo de prova de brita e a penetração do mesmo pistão em um corpo de prova de areia lavada padronizada.
- (C) do valor numérico, variando de 0 a 20, que retrata características de plasticidade e graduação das partículas do solo.
- (D) da expansão de corpos de prova de solo compactados próximos do teor de umidade ótima quando imersos em água por 24 horas.
- (E) do valor numérico, variando de 0 a 100%, que retrata características índices do solo, como o teor de umidade e a massa específica seca do solo.
-
68. Dentre as possibilidades existentes de bases e sub-bases estabilizadas com aditivos, a denominação solo-cal refere-se a uma mistura de solo, cal e
- (A) cimento, visando primordialmente à modificação do solo no que se refere a sua plasticidade e sensibilidade à água, são consideradas flexíveis. O teor de cimento é da ordem de 1,5%.
- (B) material betuminoso, considerada flexível e de baixa permeabilidade. O teor de betume é de 10% da quantidade de cal e o processo de estabilização ocorre por carbonatação.
- (C) cimento Portland, resultando em um material duro, cimentado e de acentuada rigidez à flexão. O processo de estabilização ocorre por pozolanização.
- (D) areia, na relação 1:3:5 (solo:cal:areia). O processo de estabilização ocorre por alteração do solo, resultando em um material flexível.
- (E) água e, às vezes, de cinza volante. O teor de cal mais frequente é de 5% a 6% e o processo de estabilização ocorre por modificação do solo, por carbonatação ou por pozolanização.
-
69. Os revestimentos betuminosos são constituídos por associação de agregados e materiais betuminosos. Revestimentos executados através de uma ou mais aplicações de material betuminoso, seguida(s) de um mesmo número de espalhamento e compressão de camadas de agregados com granulometria adequada, são denominados revestimentos betuminosos por
- (A) penetração invertida.
- (B) mistura.
- (C) penetração direta.
- (D) calçamento.
- (E) macadame betuminoso.
-
70. Sobre os impactos ambientais significativos potenciais, devem ser levados em conta na fase de projeto das obras rodoviárias:
- I. A especulação com o valor da terra e com os recursos naturais destinados ao uso como materiais de construção.
- II. O prognóstico de uso futuro do solo nas bacias e microbacias de drenagens atingidas pela rodovia.
- III. A avaliação das características geotecnológicas dos terrenos atingidos direta e indiretamente pelas obras.
- IV. As detecções de interferências diretas com planos de programas de terceiros, localizados na mesma área de projeto.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.
-
71. As vigas de concreto armado submetidas à ação de momento fletor crescente passam por três níveis de deformação, denominados estádios, que mostram o comportamento da viga até a sua ruína. O estádio I é caracterizado, entre outras condições, quando
- (A) a fibra mais comprimida do concreto começa a escoar, atingindo a deformação específica de 3,5‰.
- (B) a peça está bastante fissurada, com as fissuras se aproximando da linha neutra, fazendo com que a sua profundidade diminua.
- (C) o diagrama de tensão normal ao longo da seção é linear.
- (D) as fissuras de tração na flexão no concreto são muito visíveis.
- (E) as tensões nas fibras mais comprimidas não são proporcionais às deformações, correspondendo ao trecho não linear do diagrama tensão-deformação do concreto.



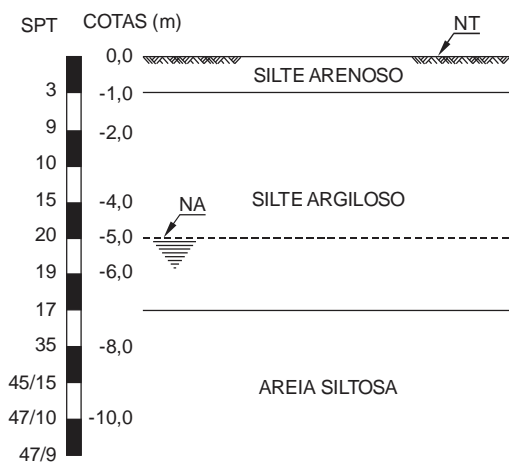
72. No projeto e dimensionamento de peças de concreto pretendido deve-se considerar o estado limite de descompressão parcial que é o estado

- (A) limite relacionado ao colapso, ou a qualquer outra forma de ruína estrutural, que determine a paralisação do uso da estrutura.
- (B) em que se inicia a formação de fissuras. Admite-se que este estado limite é atingido quando a tensão de tração máxima na seção transversal for igual à resistência do concreto à tração na flexão.
- (C) no qual em um ou mais pontos da seção transversal a tensão normal é nula, não havendo tração no restante da seção.
- (D) no qual se garante a compressão na seção transversal, na região onde existem armaduras ativas.
- (E) em que as vibrações atingem os limites estabelecidos para a utilização normal da construção.

73. Para o projeto de estruturas de aço, o espaçamento máximo entre parafusos que ligam uma chapa a um perfil, ou a outra chapa, em contato contínuo, em elementos pintados ou não, sujeitos à corrosão, não pode exceder 24 vezes a espessura da parte ligada menos espessa, nem ultrapassar, em mm, a distância de

- (A) 500
- (B) 450
- (C) 400
- (D) 350
- (E) 300

74. Considere o perfil geotécnico a seguir.



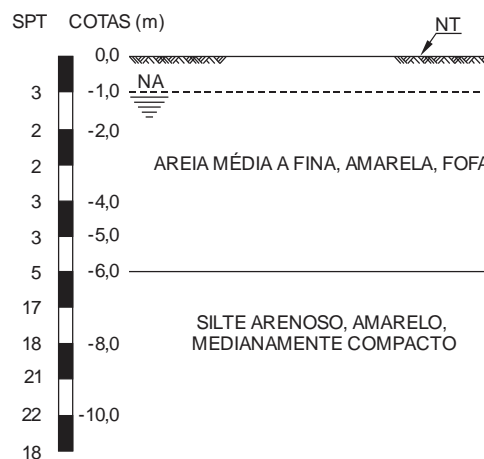
Para a edificação de um depósito de material de construção, cujos pilares possuem cargas de 750 kN, a fundação economicamente mais adequada para o depósito é fundação direta com tensão admissível do solo, em kPa, e área máxima da sapata, em metros quadrados, respectivamente,

- (A) 100 e 2,5
- (B) 300 e 2,5
- (C) 100 e 5,0
- (D) 100 e 9,0
- (E) 300 e 5,0

75. Após a aplicação de uma carga axial de tração de 60 kN em uma barra de aço, com módulo de elasticidade longitudinal de 200 GPa, comprimento de 1,0 m e área da seção transversal de 10 cm², o alongamento produzido na barra, em mm, é

- (A) 0,003
- (B) 0,030
- (C) 0,300
- (D) 3,000
- (E) 30,00

76. Considere o perfil geotécnico a seguir.



A fundação técnica e economicamente mais adequada para a construção de um galpão comercial em concreto armado com pilares de cargas de 650 kN é

- (A) fundação rasa com cota de apoio entre -0,50 m e -1,00 m.
- (B) tubulão com cota de apoio -11,00 m.
- (C) fundação rasa com cota de apoio entre -2,00 m e -4,00 m.
- (D) estacas pré-moldadas com cota de apoio entre -7,00 m e -9,00 m.
- (E) estacas Strauss com cota de apoio -5,00 m.

77. Considere a planilha de composição de custo unitário seguinte:

Alvenaria de fundação e embasamento com tijolos maciços comuns – unidade m³.

| Insumo | Unidade | Quantidade | Custo unitário (R\$) | Custo total (R\$) |
|---------------------|----------------|------------|----------------------|-------------------|
| Pedreiro | h | 6,5 | 7,00 | 45,50 |
| Servente | h | 9,5 | 5,00 | 47,50 |
| Areia | m ³ | 0,3 | 80,00 | 24,00 |
| Cal hidratada | kg | 50 | 0,30 | 15,00 |
| Cimento | kg | 30 | 0,60 | 18,00 |
| Tijolo maciço comum | unidade | 560 | 0,20 | 112,00 |
| TOTAL | | | | 262,00 |

Na composição do custo unitário de execução de um metro cúbico de alvenaria de fundação e embasamento com tijolos maciços comuns,

- (A) o custo da mão de obra representa mais de 35% do custo unitário.
- (B) os custos dos materiais representam menos de 60% do custo unitário.
- (C) a relação entre os custos de materiais e o custo da mão de obra é menor que 0,40.
- (D) o insumo areia representa o maior custo percentual da composição.
- (E) os custos dos tijolos representam 30% do custo unitário.



78. A curva ABC

- I. é uma ferramenta utilizada para o gerenciamento focado nos itens mais importantes do ponto de vista financeiro de um projeto, materiais ou serviços.
- II. representa os diversos insumos ou etapas de uma obra em ordem crescente de quantidade e volume.
- III. foi idealizada a partir do princípio de que um pequeno número de serviços ou insumos é responsável por uma parcela mais significativa do custo total da obra.
- IV. é um método gráfico, de fácil visualização e que define com exatidão o caminho crítico de uma obra.

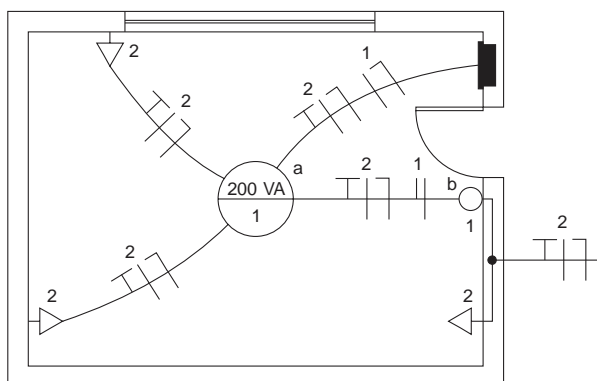
Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

79. Em paredes de alvenaria, sem função estrutural de tijolos e blocos cerâmicos, o vão máximo, em metros, para o qual se dispensa o cálculo como viga, de uma verga ou contra verga, em aberturas para a colocação de portas e janelas, é

- (A) 2,40
- (B) 2,20
- (C) 2,00
- (D) 1,90
- (E) 1,70

80. Considere a instalação elétrica do cômodo da figura a seguir.



Na instalação elétrica predial de baixa tensão apresentada na figura, os condutores que estão instalados entre os pontos a e b são, respectivamente,

- (A) terra, neutro, de fase, retorno e neutro.
- (B) neutro, de fase, terra, retorno e de fase.
- (C) de fase, retorno, terra, de fase e retorno.
- (D) retorno, neutro, de fase, terra e neutro.
- (E) terra, de fase, neutro, retorno e de fase.

81. Uma caixa d'água com capacidade de armazenamento de 12 600 litros é alimentada por um tubo de PVC com área interna da seção transversal de 7 cm². Considerando que a velocidade máxima da água na tubulação seja de 3 m/s, o tempo mínimo para atingir a capacidade total de armazenamento da caixa d'água é

- (A) 90 minutos.
- (B) 100 minutos.
- (C) 2100 minutos.
- (D) 12 horas.
- (E) 21 horas.

82. No projeto e execução de instalações prediais de água quente, o dispositivo antirretorno

- (A) destina-se a impedir o retorno de fluidos para a rede de distribuição.
- (B) é geralmente do tipo gaveta e deve ser instalado em uma tubulação para interromper a passagem da água.
- (C) destina-se a permitir a saída de ar e/ou vapor de uma instalação predial de água quente.
- (D) permite o escoamento da água em um único sentido.
- (E) destina-se a evitar que a pressão ultrapasse determinado valor.

83. No projeto das instalações prediais de esgoto sanitário, todos os trechos horizontais das tubulações devem possibilitar o escoamento dos efluentes por gravidade, devendo, para isso, apresentar uma declividade constante. Além disso, a profundidade máxima, das caixas de inspeção e a distância máxima, entre dois dispositivos de inspeção, são, em metros, respectivamente,

- (A) 1,5 e 35
- (B) 1,8 e 40
- (C) 1,0 e 25
- (D) 1,2 e 28
- (E) 1,6 e 30



84. Para as instalações prediais de águas pluviais, a inclinação das calhas de beiral e platibanda deve ser uniforme e o diâmetro interno mínimo, em mm, dos condutores verticais de seção circular é
- (A) 25
(B) 40
(C) 50
(D) 70
(E) 100
85. O sistema elevatório de água de um edifício é composto por duas bombas centrífugas iguais, ligadas em paralelo, com capacidade de 10 litros por segundo e 35 metros de altura manométrica. A vazão, em litros por segundo, e a altura manométrica, em metros, das duas bombas funcionamento em conjunto são, respectivamente,
- (A) 10 e 35
(B) 10 e 70
(C) 20 e 35
(D) 20 e 70
(E) 40 e 70
86. No projeto das saídas de emergências em edifícios, as antecâmaras para ingressos nas escadas enclausuradas devem ser dotadas de porta corta-fogo na entrada e de porta estanque à fumaça na comunicação com a caixa da escada, bem como ter comprimento e pé-direito mínimos, em metros, respectivamente, de
- (A) 2,20 e 3,10
(B) 2,00 e 2,80
(C) 1,90 e 2,60
(D) 1,80 e 2,50
(E) 1,60 e 2,20
87. Em geral, as barragens são complementadas por estruturas auxiliares – obras de desvio, vertedouros e obras de geração – muitas vezes com detalhes de projeto e construção mais complexos do que os da própria obra de represamento. Nos projetos de barragens, as obras de geração constam de
- (A) ensecadeiras, adufas, extravasores, dissipador de energia, tomada d'água e ensecadeiras.
(B) estrutura de controle, adufas, dissipador de energia, bacias de dissipação e casa de força.
(C) estrutura de adução (canal ou túnel), tomada d'água, condutos forçados e casa de força.
(D) condutos (canais, galerias de concreto, adufas sob uma estrutura de concreto, túneis) e ensecadeiras.
(E) vertedores, adufas, galerias, descarregadores de cheias e casa de força.
88. No ano de 2005 foram aduzidos para uma cidade brasileira 237 250 000 m³ de água, provenientes de três mananciais. No dia 10 de janeiro do mesmo ano, foi registrado o consumo de 650 000 m³, considerado o maior consumo diário do ano. Considerando que a população abastecida pelo sistema foi estimada em 500 000 habitantes e que ocupavam 100 000 domicílios, a vazão média diária aduzida para a cidade, em m³/dia; o consumo médio *per capita* no ano, em L/hab/dia, e a relação entre o consumo diário máximo e o consumo diário médio, no ano, são, respectivamente,
- (A) 650 000; 2 372,500 e 1,25
(B) 650 000; 474,500 e 1,00
(C) 100 000; 237,250 e 1,00
(D) 65 000; 47,450 e 1,50
(E) 50 000; 0,100 e 3,00
89. Considere os seguintes processos de tratamento de esgoto em função dos meios empregados na remoção ou transformação das características dos esgotos:
- I. Remoção de sólidos grosseiros em suspensão: crivos, grades e desintegradores.
II. Remoção de sólidos grosseiros sedimentáveis: caixa de areia e centrifugadores.
III. Remoção de material miúdo em suspensão: tanques de flotação, tanques de precipitação química e filtros de areia.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
(B) II, apenas.
(C) III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, II e III.
90. O tanque séptico, também conhecido como decanto-digestor ou fossa séptica, é um dispositivo utilizado por comunidades que geram vazões relativamente pequenas e empregado em áreas urbanas desprovidas de rede coletora pública de esgoto sanitário. Os tanques sépticos
- (A) podem ser construídos em câmaras simples ou divididos em compartimentos verticais ou horizontais e são dotados de aberturas para entrada do esgoto e saída do efluente tratado.
(B) têm como principal função reter somente os despejos domésticos por um período indeterminado, permitindo apenas a retenção da parte orgânica sem que ocorra sua decomposição.
(C) são compartimentos abertos onde os esgotos são retidos por um período indeterminado até sua decomposição.
(D) são reatores biológicos aeróbios, onde não há reações químicas com a interferência de microorganismos.
(E) não apresentam tratamento específico para o esgoto, ocorrendo apenas a formação do biogás, que é composto principalmente por gás sulfúrico.



Gestão Ambiental

91. A qualidade da água está intimamente relacionada a questões como conservação do solo, poluição atmosférica e gerenciamento de resíduos sólidos, pois a

- (A) conservação adequada dos solos pela manutenção da vegetação original, por exemplo, minimiza o assoreamento dos corpos de água.
- (B) deposição de compostos fosfatados, característicos de poluição atmosférica, leva à eutrofização dos corpos de água.
- (C) decomposição dos resíduos sólidos inorgânicos leva à queda do oxigênio dissolvido na água, prejudicando a biota.
- (D) disposição de resíduos sólidos em aterros sanitários impede a poluição da água subterrânea por chumbo.
- (E) poluição atmosférica pode resultar em chuva ácida, cujo pH é neutralizado quando atinge os corpos de água.

92. Com relação ao tratamento de esgotos domésticos é correto afirmar que há

- (A) decomposição da matéria orgânica predominantemente por microrganismos aeróbios nas lagoas facultativas.
- (B) remoção da maior parte da matéria orgânica do esgoto por meio de processos aeróbios no tratamento terciário.
- (C) remoção da matéria orgânica do esgoto por meio de processos químicos, como a decantação no tratamento secundário.
- (D) mistura do esgoto bruto com o lodo ativado, de modo a aumentar a eficiência da decomposição da matéria orgânica no reator de lodos ativados.
- (E) sobretudo a decomposição de matéria orgânica por organismos detritívoros nos tanques sépticos.

93. NÃO constitui um instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) o

- (A) Licenciamento e a revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras.
- (B) Estabelecimento de padrões de qualidade ambiental.
- (C) Relatório de impacto ambiental.
- (D) Sistema nacional de informações sobre o meio ambiente.
- (E) Cadastro técnico federal de atividades e instrumentos de defesa ambiental.

94. Em relação ao que estabelece a Constituição Federal, considere:

- I. A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
- II. Os rios que banham mais de um Estado ou que sirvam de limites com outros países são bens da União, desde que não se estendam a território estrangeiro ou dele provenham.
- III. A proteção das paisagens naturais notáveis e dos sítios arqueológicos é competência exclusiva da União.
- IV. A ordem econômica tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, entre outros princípios, a defesa do meio ambiente.
- V. Ao sistema único de saúde compete executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador.
- VI. Cabe ao Poder Público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino, como forma de assegurar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado às gerações atuais e futuras.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, IV, V e VI.
- (B) I, III e V.
- (C) II, III, IV e V.
- (D) II, IV, V e VI.
- (E) III, IV e V.

95. A Política Nacional de Resíduos Sólidos define:

- (A) Área contaminada como local onde há contaminação causada pela disposição, regular ou irregular, de substâncias ou resíduos de tipos predeterminados.
- (B) Geradores de resíduos sólidos como pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo.
- (C) Ciclo de vida do produto como série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, desde o processo produtivo até sua disposição final.
- (D) Disposição final ambientalmente adequada como distribuição ordenada de rejeitos em aterros, de modo a evitar danos à saúde pública e a minimizar os impactos ambientais adversos.
- (E) Gestão integrada de resíduos sólidos como as ações voltadas à busca de soluções para estes resíduos, independente de controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável.



96. Economia ambiental pode ser considerada como o campo da economia que incorpora a
- (A) primazia do valor de uso sobre o de não uso de um determinado recurso ambiental.
 - (B) valoração dos serviços ambientais, cujos preços são tangíveis.
 - (C) valoração contingente que estabelece o custo de mercado de um bem ambiental.
 - (D) demanda de bens ambientais, como a resiliência dos ecossistemas.
 - (E) atribuição de valores monetários às externalidades ambientais negativas.
97. No que concerne à política ambiental e desenvolvimento, considere:
- I. O conceito de desenvolvimento sustentável está associado a uma mudança de paradigma na qual a ênfase no crescimento contínuo da economia deve ser confrontada com a sustentabilidade ambiental.
 - II. No seu capítulo sobre meio ambiente, a Constituição Federal brasileira não considera a questão da sustentabilidade por razões históricas; afinal foi promulgada apenas em 1988, quando tal abordagem ainda não existia.
 - III. Ao estabelecer regras para a utilização dos recursos naturais, a política ambiental brasileira reforça a vocação do modelo de desenvolvimento capitalista para a conservação ambiental.
 - IV. Ao tratar da compatibilização entre o desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente, a Política Nacional do Meio Ambiente leva em consideração a ideia do desenvolvimento sustentável.
 - V. A resolução CONAMA que dispõe sobre a regularização dos empreendimentos ferroviários em operação considera as diretrizes ambientais do Ministério dos Transportes, que estabelece a adequação do setor ao princípio do desenvolvimento sustentável como um dos seus princípios.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e III.
 - (B) I, IV e V.
 - (C) II e III.
 - (D) II e IV.
 - (E) IV e V.
98. Conforme a legislação brasileira relacionada ao licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente é correto afirmar que os
- (A) modelos, bem como as instruções, para publicação, em periódicos e diários oficiais, de requerimento, concessão e renovação de licença são idênticos.
 - (B) órgãos de Meio Ambiente estão obrigados a promover a realização de audiência pública exclusivamente quando solicitado pelo Ministério Público.
 - (C) licenciamentos da exploração econômica de lenha em áreas acima de 100 hectares, ou menores quando importantes do ponto de vista ambiental, dependem de EIA e respectivo RIMA.
 - (D) estudos de impacto ambiental devem estipular os limites da área de influência do projeto, definida como a área geográfica a ser diretamente afetada pelos impactos da atividade.
 - (E) empreendimentos e atividades que necessitam da execução de EIA/RIMA devem ser licenciados preferencialmente nos níveis federal, estadual e municipal.
99. Com relação à exploração mineral no território brasileiro, é correto afirmar:
- (A) A concessão da Portaria de Lavra de uma jazida ficará condicionada à apresentação ao DNPM, por parte do empreendedor, da licença de operação.
 - (B) A dispensa da apresentação do EIA/RIMA para extração mineral da Classe II obriga o empreendedor a apresentar um PCA (Plano de Controle Ambiental).
 - (C) O requerimento de licença de instalação para extração mineral da Classe II deve vir acompanhado, entre outros documentos, do RCA (Relatório de Controle Ambiental).
 - (D) A produção de combustíveis líquidos e gás natural para pesquisa sobre a viabilidade econômica é considerada como atividade de exploração e lavra de jazidas.
 - (E) A licença de instalação de um empreendimento de exploração mineral autoriza o início de seu funcionamento e de seus sistemas integrantes na área de interesse.
100. Os temas risco ambiental e vulnerabilidade ambiental, frequentemente associados, podem ser definidos, respectivamente, como
- (A) potencial de um evento inesperado ocorrer e exposição do sistema a pressões ambientais de cunho antropogênico.
 - (B) possibilidade de um evento ocorrer e sensibilidade de um sistema a pressões exercidas continuamente.
 - (C) probabilidade de um evento se tornar realidade e velocidade de recuperação de um sistema após degradação ambiental.
 - (D) possibilidade de um evento voltar a acontecer e resposta de indicadores ambientais à alteração ambiental.
 - (E) probabilidade de um evento se tornar realidade e susceptibilidade de um sistema à degradação ambiental.